

--- Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e sete;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração à Classificação Orgânica do Município de Óbidos;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação do Proposta de Orçamento da Óbidos Patrimonium EM para o ano de dois mil e sete;-----

--- Ponto número cinco – Prestação de Contas da Óbidos Patrimonium EM, referentes ao primeiro semestre de dois mil e seis para conhecimento;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Contrato-Programa relativo ao Restaurante Escola de Óbidos – Óbidos Patrimonium EM;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento da Óbidos Requalifica EM para o ano de dois mil e sete;-----

--- Ponto número oito – Prestação de Contas da Óbidos Requalifica EM, referentes ao primeiro semestre de dois mil e seis para conhecimento;-----

--- Ponto número nove – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato-Programa “Centro de Saúde, Junta de Freguesia e Espaços Exteriores de A dos Negros” – Óbidos Requalifica EM;-----

--- Ponto número dez – Aumento do Capital Social da Óbidos Requalifica EM, para conhecimento;-----

--- Ponto número onze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Requalifica EM:-----

--- Ponto número doze – Apreciação e eventual aprovação das Propostas de Alteração ao Protocolo de Delegação de Competências e Transferências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho;-----

--- Ponto número treze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Município de Óbidos e Proposta de Taxas e Tarifas;-----

--- Ponto número catorze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do “Crescer Melhor”;-----

--- Ponto número quinze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento para o Banco Local de Ajudas Técnicas – Saúde Melhor;-----

--- Ponto número dezasseis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Cartão Melhor Idade;-----

--- Ponto número dezassete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com

Intervenção de Âmbito Social no Município de Óbidos;-----  
--- Ponto número dezoito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Inscrição do Município na European Association Historic Towns & Regions;-----  
--- Ponto número dezanove – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, de acordo com a Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----  
--- Ponto número vinte – Período fora da ordem do dia.-----  
--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Anabela Blanc Capinha Corado e José Manuel Nobre Pereira.---  
--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número cinco, referente à sessão de vinte e um de Setembro do corrente ano, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----  
--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta do Senhor Deputado José Manuel Nobre Pereira, solicitando a suspensão do seu mandato de membro da Assembleia Municipal por um período de cento e oitenta dias, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Ana Catarina Brás de Carvalho. Carta do Senhor Deputado Joaquim Elias Timóteo Carlos, justificando a sua falta à sessão de vinte e um de Setembro do corrente ano. Fax do IDRHA – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica número cento e doze de dezanove de Dezembro do corrente ano, dando informações sobre a barragem e em particular como ela funcionou no passado dia vinte e quatro de Novembro. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados.-----  
--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal de Óbidos solicitou a inclusão de dois novos pontos na Ordem de Trabalhos, a saber: - Para conhecimento da Assembleia Municipal a Minuta de Contrato de Comodato – Casa do Largo da Porta da Vila, entre o Município de Óbidos e Óbidos Requalifica, Empresa Municipal e Apreciação e eventual aprovação das Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos. Posta à votação a inclusão dos dois novos pontos na Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando a ter a seguinte numeração: - Ponto número vinte – Para conhecimento da Assembleia Municipal a Minuta de Contrato de Comodato – Casa do Largo da Porta da Vila, entre o Município de Óbidos e Óbidos Requalifica, Empresa Municipal e Ponto número vinte e um – Apreciação e eventual aprovação das Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos. Aprovado em minuta por unanimidade.--  
--- **PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** - Foi presente um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD,

que a seguir se transcreve: “Voto de Pesar – O Grupo Municipal do PSD vem apresentar a esta Assembleia um Voto de Pesar pelo falecimento repentino do Autarca António Clemente, Munícipe que sempre se dedicou à Causa Pública e ao Associativismo, e que deixou no Concelho, nomeadamente na Vila das Gaeiras, um “rasto de trabalho” com uma Dedicção e Voluntarismo, mostrando-nos como se consegue trabalhar em Equipa em prol das nossas Populações.”. O Senhor Deputado João Lourenço disse que concorda com o voto de pesar. Era um grande amigo. Foi com enorme tristeza e choque que o viu partir. Existia entre ambos uma grande identidade e amizade. Tem pena de terem seguido caminhos diferentes e fez tudo o que entendia que era melhor para a sua terra. A Senhora Deputado Cristina Rodrigues disse que se associa ao voto de pesar e foi com grande consternação que recebeu a noticia. Posto o voto de pesar à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. Foi prestado um minuto de silêncio em honra do falecido.-----

--- Foi presente o voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Voto de Louvor – O Grupo Municipal do PSD vem apresentar a esta Assembleia um Voto de Louvor à Óbidos Patrimonium EM, e à sua equipa, que com um Empenho, Dedicção e uma Criatividade exemplar, tem conseguido impor em todos os seus Eventos uma Qualidade que cada vez mais tem um reconhecimento Nacional e Internacional, não fazendo distinção nos que à partida não serão tão rentáveis / publicitados e que não arrastarão a Óbidos, mas tem seguindo em frente, fazendo as correcções e os melhoramentos necessários, com a ajuda da experiência adquirida e das sugestões construtivas que muitos Obidenses lhes têm transmitido.”. A Senhora Deputado Cristina Rodrigues disse que os eventos de grandes dimensões têm de ser muito bem pensados e reflectidos. Não estão de acordo com um conjunto de actividades que continuam a fazer-se e com a expressão numérica e de pessoas que ocupam a Vila, designadamente durante o Festival de Chocolate e agora nestas actividades de Natal. Estão a transformar Óbidos num parque temático de grandes dimensões, com o que não concordam. Não podem dissociar o património arquitectónico, daquilo que é o património artístico, daquilo que é o património humano, daquilo que é a vivência entre as pessoas e daquilo que é a vivência dos seus habitantes. As coisas estão a confundir-se e não querem que Óbidos se torne uma Disneylândia do Oeste, com bilhetes pagos à entrada. Sabe que é complicado e é difícil estabelecer um protocolo de entendimento. Não concordam com a desertificação da Vila, com a ausência de qualquer tipo de iniciativas, porque isso também é a sua morte. Deve ser feita uma gestão muito parcimoniosa deste tipo de eventos sob pena de nos convertermos num parque temático. Entende que a tenda de patinagem que está no Largo de Santa Maria, poderia estar noutra lugar.

Têm muitas dúvidas sobre a associação da Vila a uma entidade bancária. Não quer criticar por criticar, mas deixa um espaço aberto para debate. Alertou para a distinção que se faz relativamente às pessoas do Arrabalde nos eventos que se têm realizado na Vila. No Festival de Chocolate houve uma distinção entre os Obidenses intra muros e extra muros, visto que só foram entregues bilhetes aos primeiros. O Senhor Deputado José Oliveira disse que a Senhora Deputada não concorda com tanta gente dentro da Vila e também com a sua desertificação. Gostava de saber a sua opinião e o que entende por inter e extra muros em Óbidos. Para si, Óbidos é o Concelho. Se se refere àqueles que moram em Óbidos e àqueles que não moram, percebe. Se se refere só aos da Vila, deve justificar como é que se poderá controlar. É Obidense, mora em Óbidos e gostaria de ser tratado como tal, mas reconhece que os que estão dentro das muralhas devem ter um tratamento especial. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse referir-se a intra e extra muros ao facto dos acessos ao Festival de Chocolate terem sido atribuídos de forma diferente às pessoas que moram dentro e fora das muralhas. Vivem todos na mesma Vila de Óbidos. Sabe que não podem deixar desertificar a Vila, mas existe uma utilização excessiva do espaço da Vila, de um espaço que é exíguo, por milhares e milhares de pessoas, transformando Óbidos num espaço temático com o qual não concordam. O Senhor Deputado João Lourenço disse que concorda com a opinião da Senhora Deputada e perguntou quais eram os outros votos de louvor. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que envolve as mesmas partes, mas o conteúdo é diferente. O Senhor Deputado Vítor Pedras disse que a Empresa é responsável por mais de trezentos dias de animação, levando o nome de Óbidos a nível nacional e internacional. A parceria com o BES fez com que as pessoas pagassem mais. Devíamos perguntar aos comerciantes e aos demais moradores da Vila se gostam ou não desses eventos, se os estão a arruinar e quanto vão pagar no futuro. Pensa que o que está a ser arruinado é o sossego daqueles que só cá vêm passar o fim de semana. É muito mais importante o ponto de vista comercial e o enriquecimento da nossa Vila. O Senhor Deputado João Lourenço disse que sabe o que é quebrar o sossego quando se realizavam as verbenas no Jogo da Bola. O que se tem passado em Óbidos com o Festival de Chocolate e com o Natal tem sido um êxito e é mérito da Câmara. O que se pode questionar é se isto não está a tirar a Óbidos a sua identidade. Leu um artigo publicado num jornal nacional, que por muito menos, escreveu que a ocupação total e prolongada durante um determinado tempo, destes centros, esmaga e desvaloriza completamente aquele que devia ser o centro de atenção, o nobre monumento que a praça é no seu conjunto. Não foi a respeito de Óbidos, foi por muito menos e refere-se à árvore de natal que está no Terreiro do Paço em Lisboa. Os eventos têm sido um êxito, a Câmara está de parabéns, mas não concordam. Posto o voto de louvor à

votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e três abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente o voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Voto de Louvor – O Grupo Municipal do PSD vem apresentar a esta Assembleia um Voto de Louvor à Óbidos Requalifica EM, pois verificamos pelos documentos de Gestão Previsional apresentados nesta AM que toda a Equipa desta E.M. conseguiu durante o exercício económico de dois mil e seis atingir os objectivos incumbidos pelo seu Accionista, gerando recursos financeiros que lhe permite ser autónoma da Câmara Municipal para o ano de dois mil e sete.”. Posto o voto de louvor à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e três abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Proposta – Ao abrigo das disposições legais aplicáveis em vigor, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Óbidos, condena as declarações do Deputado Luís Carvalho contra o Governo e em especial contra o Sr. Ministro da Economia Manuel Pinho. A Assembleia Municipal de Óbidos delibera enviar ao Sr. Primeiro Ministro, ao Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna e ao Sr. Ministro da Economia, cópia das declarações proferidas. A Assembleia Municipal de Óbidos condena essas declarações e declara-se solidária com o Sr. Ministro da Economia e condena as declarações de Luís Carvalho, com a agravante de ser actualmente Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. Os Deputados do PSD.”. O Senhor Deputado João Lourenço disse que a sua posição é uma posição de princípio. Pensa que as relações de natureza política podem ser condenadas, mas não ao nível institucional. Ao nível político e partidário cada um é livre de as fazer. Lembrou um facto histórico ao nível da Assembleia da República passado nos anos oitenta, em que a Deputada Helena Roseta fez umas declarações violentas contra o então Primeiro Ministro Cavaco Silva, que mandou instaurar um processo crime contra a Deputada. Um dos maiores professores constitucionalistas deste País disse que se esse processo crime continuasse e se essa censura fosse por diante se estava a fazer um golpe de estado constitucional. Isto é ao nível dos princípios, pelo que conclui que quando a liberdade de expressão é condenada por meios institucionais em decisões de órgãos de estado ou autarquia ao nível de um poder de estado, quando é condenado a esse nível, é uma coisa inacreditável, é pôr em causa os princípios mais essenciais da liberdade de expressão e os princípios mais essenciais do estado de direito. De maneira nenhuma, fosse quem fosse, seria censurado, do seu ponto de vista, muito menos o seu querido amigo e colega, Luís Carvalho. Só tem uma maneira de responder, é o seu repudio por qualquer decisão, porque

atenta conta os mais elementares princípios democráticos, por isso votam contra. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a primeira sensação que dá é tentar classificar esta atitude da bancada do PSD, mas não o vai fazer. Disse que pensa pela sua cabeça, diz aquilo que diz, exprime a sua opinião e exerce plenamente aquilo que a democracia neste País o permite, e não há cargo nem posição que o leve a não escrever ou a pensar aquilo que naquele momento está a pensar. Admite que isso faça confusão a algumas pessoas, agora quem não o conhece, tem que aprender uma coisa, que não há cargo, não há função, não há posição confortável que possa colidir com o exercício pleno neste estado democrático, naquilo que é a sua opinião acerca das coisas, ponha em causa aquilo que tem a dizer, inclusivamente por alguns desconsolos ou algumas situações mais problemáticas pelas quais possa ter passado. A sua vida foi feita de nos momentos em que entende, exercer a seu direito à opinião. Os cargos e os lugares que tem ocupado, nunca foram desempenhados por as pessoas que o conheceram e que o convidaram, alguma vez pensarem que ocupava esses cargos fazendo favores, fretes, ou dizendo aquilo que não era o que pensava. Mesmo que tenha que pôr em causa cargos ou funções para dizer aquilo que é a sua opinião, fá-lo. Julga que a bem da Nação, a bem do País, a bem de Óbidos, fazia muita falta que mais pessoas pensassem desta maneira. Uma vez que está envolvido, é visado nesta proposta, informou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que não iria participar na votação e perguntou se podia estar presente fisicamente durante a mesma, embora não participe. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a questão física não se coloca, não podendo participar na votação. O Senhor Deputado José Oliveira disse que a proposta não é no sentido de visar a pessoa que é livre de dizer o que lhe apetece. É a forma como o diz, ou seja, é em forma de acto de gozo para com o Ministro da Economia, numa visita que fez ao nosso Concelho, ao contrário de muitos, que diziam que a Câmara Municipal iria estar isolada. A Câmara Municipal continua a ter boas relações com o actual Governo. O Senhor Deputado, ou qualquer outro, é livre de dizer o que pensa, não é livre é para achincalhar na praça pública a Câmara Municipal, os eventos feitos em Óbidos, a entrevista dada pelo Ministro a um jornal regional. É isso que está em causa, e não, de maneira nenhuma, a pessoa ser livre de dizer aquilo que pretende dizer. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que não sabe do que é que se está a falar, mas acha lamentável que se ponha à votação um voto deste cariz que é anti-democrático e anti-constitucional. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou aos proponentes, se eventualmente o entendessem, que lessem algumas das declarações que justifiquem a apresentação deste voto. Se fosse inconstitucional ou antidemocrático a Mesa da Assembleia Municipal não o tinha aceite e submetido à apreciação e posterior votação dos

Senhores Deputados. O Senhor Deputado José Oliveira leu a entrevista do Sr. Ministro da Economia à Gazeta das Caldas e o blog assinado pelo Senhor Deputado Luís Carvalho sobre a mesma, com o título “Afinal há mundo lá fora”. Posta a proposta a votação secreta, foi a mesma aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, dois votos contra e dois votos em branco. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E SETE: - Presente o ofício da Câmara

Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e seis, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e sete. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que o orçamento procura ser o instrumento adequado da gestão da Câmara e a gestão procura responder e corresponder àquilo a que se comprometeram publicamente perante a população e que de certo modo ele tem alguma continuidade em relação a um trabalho que foi iniciado à uns anos a esta parte, sendo difícil cortar com essa linha que é uma linha de investimento e procura dar resposta do ponto de vista social bastante abrangente através dos cerca de dez programas sociais que neste momento estão em curso, com aprofundamentos claros neste orçamento e que procura também continuar a rede de equipamentos públicos de grande satisfação ao nível da educação, de equipamentos culturais, embora aqui os valores e provisão que está no documento não possa ser muito rigorosa na medida em que esses projectos são projectos que estão a ser construídos e a sua própria definição em termos de financiamento está a depender daquilo que será o futuro quadro comunitário, havendo algum atraso por parte do Governo na aprovação do QREN e nomeadamente no conhecimento dos programas operacionais. Como sabem, a Câmara Municipal estará, no que diz respeito a fundos regionais, dependente do programa operacional da região centro e há uma série de matérias, os próprios programas operacionais só serão feitos no início do ano, ainda não são conhecidos, que é difícil planear quando não temos ainda asseguradas a possibilidade e a perspectiva de muitas das candidaturas, estando já abertas algumas das rubricas, embora a dotação financeira não seja tão rigorosa como gostariam. Muito investimento, procurando fazer com que a despesa continue a ser aquela que é possibilitada em função das estimativas de receita, procurando fazer o documento com o maior rigor e as estimativas a aproximarem-se tanto quanto possível, mas também sempre com uma perspectiva que esta Câmara Municipal já demonstrou ter, que é de fazer destes instrumentos de gestão, que são instrumentos provisionais e portanto com a abertura

suficiente para durante o ano poder fazer as alterações e mesmo até as revisões que entender. Acha que estes instrumentos devem adaptar-se à realidade e à força das circunstâncias e não imporem uma ditadura do orçamento sobre as próprias dinâmicas que também vão aparecendo durante o ano ou a força dos constrangimentos e das dificuldades que também surgem. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o Grupo Municipal do PSD vai proceder à apreciação da proposta de orçamento para dois mil e sete. Começou por dizer que um orçamento de uma Câmara Municipal é uma previsão da receita e da despesa, o que significa que as contingências de um ano de execução orçamental podem influir na necessidade de alterar ou rectificar esse mesmo orçamento. O que efectivamente não é tão normal quanto isso é que a alteração orçamental seja feita cerca de uma vintena de vezes, como aconteceu em dois mil e seis, ao longo da sua execução, principalmente se entendermos que não se verificaram circunstâncias que justifiquem que se tenha feito tantas alterações ao orçamento municipal, com a agravante de muitas dessas alterações orçamentais, por força da Lei, não exigirem a intervenção da Assembleia Municipal, mas como órgão que é competente para aprovar o orçamento, acaba por ficar com esta quantidade de alterações e ficar um pouco à margem das alterações que vão sendo promovidas, as quais são excessivas. Por algum motivo o orçamento tem regras e por algum motivo a Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se sobre o valor previsível da receita e da despesa. Se estivesse aqui apenas para autorizar qual era o volume da receita e da despesa, isso seria um esvaziamento que considera perverso da função desta Assembleia Municipal relativamente ao orçamento municipal. Por isso é que existem regras que estão bem definidas e por isso é que se exige este trabalho muito apurado de apresentação de todo este elenco de mapas e de rubricas orçamentais, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, pelo que entendem que a função da Assembleia Municipal não é só aprovar o valor que autoriza a Câmara a gastar ou a receber e portanto atribuem ao orçamento e ao documento orçamental um peso que depois acaba por ser um tanto ou quanto pervertido ao longo da sua execução. Este orçamento é um orçamento para dois mil e sete que acaba por vir na linha do que aconteceu aqui em Setembro do corrente ano, quando a Câmara Municipal sentiu necessidade de fazer uma rectificação ao volume da despesa e corrigiu o orçamento de dois mil e seis em cerca de quatro milhões de euros. Este orçamento para dois mil e sete é um orçamento nesse aspecto aparentemente mais realista uma vez que faz um corte de cerca de três milhões de euros ao valor previsto para dois mil e seis e portanto a Câmara Municipal reajustou o volume da receita e da despesa por força do principio de equilíbrio orçamental. É com alguma preocupação que o orçamento para dois mil e sete continua a ter um suporte a nível de receita



que é um suporte no âmbito de uma receita que seria, ou devia ser, uma receita extraordinária. Não é muito actual que em dois anos consecutivos a alienação de património, designadamente a alienação de património imobiliário tenha o peso a nível da receita que habitualmente acaba por ter. O valor previsto na receita no âmbito da alienação do património, fundamentalmente ao nível de terrenos, tem um valor idêntico ao valor dos impostos directos que são receita da Câmara Municipal. Existe aqui uma situação que considera um tanto ou quanto extraordinária. Ao nível da despesa, faltam as despesas de capital. No âmbito das receitas há um aumento dos impostos directos em cerca de quinhentos mil euros, o que de certa forma compensa alguma perda no âmbito dos impostos indirectos, em que a perda se situa nos quatrocentos mil euros. Há uma manutenção da verba transferida pela Administração Central nas receitas correntes. Há uma receita extraordinária de venda de património imobiliário prevista de cerca de cinco milhões de euros. Não é perceptível que tipos de imóveis é que estão em causa. A receita para a Câmara Municipal transferida pelas empresas é de mil euros, havendo uma redução em relação ao ano transacto. Não é fácil perceber qual é a receita gerada pelo código zero seis, zero nove, que é curiosamente nos dois anos consecutivamente de noventa e nove mil seiscentos e dezasseis euros e dois cêntimos. Nas receitas e em relação à cotação técnica e financeira há uma quebra acentuada relativamente ao valor previsto em dois mil e seis havendo uma redução para os setecentos mil euros. O pessoal da Câmara Municipal em situação precária tem uma despesa na ordem de um milhão de euros, idêntica à do pessoal que está integrado nos quadros, o que lhe parece uma situação algo anómala. Os abonos vários ou eventuais totalizam cento e trinta mil euros. Em publicidade vão gastar-se cerca de oitocentos mil euros, havendo uma redução em relação ao ano passado. Existem despesas que considera irrisórias e outras excessivas. Das irrisórias destacou o apoio a estados desfavorecidos de cinco mil euros, os serviços domiciliários ao idoso de cinco mil euros, os prémios de mérito à juventude de cinco mil euros, todo o programa de incentivos à juventude é de cinco mil euros, o Gabinete de Apoio à Família tem setecentos e cinquenta euros, a educação ambiental tem cinco mil euros e bolsas de estudo para o ensino superior tem apenas vinte e oito mil euros. Das despesas excessivas, destacou que a pretensa candidatura do Município de Óbidos a património da humanidade da Unesco tem inscrito no orçamento trezentos e sessenta mil euros, sucedendo-se a inscrição desta verba nos orçamentos. Continua a estar inscrito no orçamento, apesar de existir a Empresa Óbidos Patrimonium, uma verba de cento e oitenta mil euros para espectáculos e recriações históricas e mais quarenta mil euros para promoção turística através da realização de espectáculos, pelo que existe uma confluência de atribuições com a empresa já referida. As empresas municipais continuam a ter inscrito

para efeitos de recuperação financeira um valor de seiscentos e vinte mil euros. Elogiou o esforço feito para aquisição de material informático para distribuir das mais diversas formas. Num orçamento que tem uma quebra de três milhões de euros no total da receita e despesa, a Câmara Municipal vai gastar na aquisição de viaturas duzentos e oitenta mil euros, dividido entre aquisição directa e locação financeira. Vão-se gastar duzentos e cinquenta mil euros no âmbito dos projectos de habitação social e quatrocentos mil euros em estudos e projectos de requalificação urbana, o que aparenta conflitar com as responsabilidades e as funções da Óbidos Requalifica. Perguntou a que título é que seriam pagos os cento e quarenta mil euros de direitos de autor. Cem mil euros para as infra estruturas do complexo desportivo e piscinas, tendo perguntado quais as responsabilidades da Óbidos Patrimonium na gestão do complexo e piscinas. Desenvolvimento rural tem uma verba de trinta mil euros, quando o PS pretendia que não fosse inferior a cem mil euros. As energias alternativas têm uma verba de cinco mil euros e perguntou em que iria ser gasta. Por último disse que este não é um orçamento do PS e não tinha que o ser, pelo que vão votar contra. O orçamento para o PS é um instrumento transparente de política municipal e não um mero exercício contabilístico. O Senhor Deputado José Oliveira disse que ficou perplexo com as últimas palavras do Senhor Deputado Luís Carvalho, porque é a primeira vez que no orçamento são inseridas propostas do PS e pelo que vê, votam contra. Com isso estão a dizer que as propostas do PS não são válidas. Fica satisfeito que o orçamento venha na linha do anterior, porque é um sinal que deu bons resultados. Houve seriedade na elaboração do orçamento. Em relação a este orçamento ainda há coisas muito vagas, porque ainda ninguém sabe o que vai dar o quarto quadro comunitário. A nova Lei das Finanças Locais é muito vaga e está para aprovação. O trabalho efectuado pela Câmara começa a dar os seus frutos. Há previsão de receitas do IMT que ronda os três milhões de euros. É sinal que o nosso Concelho começa a ser procurado a nível industrial e habitacional. Isto também vai dar resultados a nível do IMI. As receitas a nível da água também sobem, não vendo custos com a mesma, e esses eram do que se pagava aos Concelhos limítrofes para nos fornecerem aquele bem. Verifica-se um investimento para que o Concelho tenha água própria. Debruçando-se sobre os custos com o pessoal e todos os seus encargos, disse que vê que estes são dezassete, virgula, quarenta e um por cento do total das despesas e trinta e seis, virgula, oitenta e sete por cento das despesas correntes, ou seja, sendo a Câmara uma entidade prestadora de serviços, o normal do custo com o pessoal seria entre trinta e cinco e quarenta e cinco por cento em empresas prestadoras de serviços. Verifica que todas estas situações estão abaixo do que é normal em qualquer empresa, o que demonstra um boa gestão da Câmara, embora se diga que existe muita gente a trabalhar na Câmara.

Essas pessoas dão a sua rentabilidade, provocam recursos na própria Câmara, para que as coisas andem para a frente. Em relação ao património histórico, vê algumas rubricas sobre o assunto e vê que a Câmara pretende conservar aquilo que é de Óbidos e o seu património. A nível de amortização de empréstimos, aquisição de edifícios e terrenos, existe uma verba constante e vai haver investimento. Está prevista a construção de novos armazéns. Está prevista para o complexo escolar uma verba de um milhão e oitocentos mil euros, orgulhando-se por ver o desenvolvimento escolar no Concelho. Alargamento do Centro de Saúde da Amoreira com um investimento de cento e quarenta e três mil euros. Verifica que a Câmara não se preocupa só com o Concelho sede, mas com toda a população. Para requalificação urbana de vários locais do Concelho, áreas de lazer e zonas verdes existe em orçamento uma verba que ronda um milhão cento e cinquenta mil euros. Os investimentos significativos na gestão do património histórico e em obras de recuperação e a continuação da reparação, manutenção e ampliação das redes viárias são de dois, virgula, cinco milhões de euros. Estas situações são situações que demonstram o trabalho efectuado e por outro lado não demonstram aquilo que o PS andou a fazer durante anos, a meter no orçamento a venda do campo de futebol, como terreno de urbanização, para o inflacionar, sem ter sequer um projecto para esses terrenos. Verifica-se no mapa de empréstimos que a Câmara não assumiu qualquer empréstimo de médio e longo prazo, mas tem liquidado os cerca de dois milhões de euros deixados pelo PS. Concluiu, dizendo que se está a fazer um grande trabalho no Concelho e para o Elenco Camarário continuar com o mesmo, pois terão todo o seu apoio e do Grupo Municipal do PSD, para que Óbidos continue a crescer. O Senhor Deputado Vítor Pedras disse que pensa que vale a pena o esforço de todos para aprovar o orçamento, pois o que está apresentado demonstra que o caminho traçado pelo Executivo é firme e continuado e maior rigor praticamente é impossível, dadas as circunstâncias de estar por aprovar o quarto quadro comunitário de apoio. Infelizmente as razões invocadas na sessão camarária pelo Senhor Vereador José Machado em não aprovar o orçamento carecem de maior consistência, porque embora tivessem sido incluídas basicamente todas as propostas apresentadas, este votou contra, porque a Câmara Municipal não aceitou a sugestão de fundir as duas Empresas Municipais numa só. Isto é uma desculpa fora do contexto e que só podemos imaginar tratar-se de uma brincadeira. Mas pior, para espanto de todos, nas propostas que se seguiram o Vereador absteve-se aquando da votação e aprovação dos orçamentos das duas Empresas. Realmente é complicado entender as verdadeiras razões da oposição que não sejam somente achincalhar o trabalho dos outros por motivações meramente políticas e de não quererem aceitar o sucesso deste Executivo, com o apoio maciço da população do Concelho, deixando

pouco espaço de manobra à oposição neste particular. O Senhor Vereador José Machado disse que não foi apenas pela fusão das Empresas Municipais que votou contra, O aumento das bolsas de estudo para famílias com fracos rendimentos, não foi contemplado, entre outros motivos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o orçamento possibilita um conjunto de intervenções que vão direitinhas às ansiedades e preocupações do Concelho, quer na questão social, quer na questão dos grandes equipamentos, quer na questão da requalificação urbana, quer na questão da educação propriamente dita, quer na questão do reforço do papel das Juntas de Freguesia através dos protocolos e da sua capacidade de fazer mais obra. Este orçamento viabiliza a possibilidade de investimento nas Juntas de Freguesia, para que estas possam cumprir cada vez melhor o conjunto de matérias e assuntos que lhe foram delegadas no âmbito da Lei. É um orçamento que continua a possibilitar um grande desenvolvimento social e cultural, também desenvolvido pela iniciativa das nossas Ipses, das nossas Associações e dos nossos Clubes Desportivos. É um orçamento do Concelho virado para o mesmo, que não deixa razões de inquietude. É um orçamento que não está balizado de forma muito vinculada na obtenção da receita através de empréstimos. Aqui não se discute empréstimos, inscreve-se uma verba naquilo que diz respeito ao cumprimento do programa reabitar para cumprir os protocolos com o INH, um projecto de cinco anos para socorrer e dar uma habitação digna a mais de trinta famílias deste Concelho, que foram identificadas como as que tinham as piores condições de vivência. Estão verbas previstas na habitação social que serão gastas a partir do segundo semestre, por razões de procedimentos administrativos, mas este protocolo assinado com o INH, para resolver esta questão, que é prioritária, não será cinco anos, mas três. Não se pode fazer uma leitura do orçamento apenas pelas verbas que lá estão inseridas e não podemos estar a fazer essa leitura com a convicção que somos portadores da informação toda, ou que estamos dentro da situação. O Senhor Deputado Luís Carvalho fez um conjunto de questões que justificam um esclarecimento, não tanto para contribuir para o seu sentido de voto, porque tivemos uma situação bizarra, que é o Senhor Deputado não saber o conjunto de questões, perguntar, mas já saber qual é a sua conclusão final, vai votar contra, independentemente das explicações, se está enganado ou não. Disse que o Senhor Deputado está errado na maior parte das questões que levantou. Não espera que não faça mais do que aquele velho exercício, que já nos habituou ao longo de um ano, de conseguir arranjar uma justificação esfarrapada para esse posicionamento. Considera no mínimo estranho que antes de dar oportunidade ao Executivo Municipal de defender o orçamento, já transmita a sua posição, mas ao mesmo tempo fez uma intervenção de uma boa meia hora, falando de contradições, falando de dúvidas, falando de questões que não percebeu

muito bem. O mais razoável seria então, prudentemente, à cautela, ouvir as explicações e depois tirar as suas conclusões. Disse que a alienação de património é uma alienação que prevê a comercialização de loteamento e lotes do domínio privado do Município e portanto essas questões tem um trabalho anterior. Se não conseguirem executar tudo é porque o mercado não facilitará essa perspectiva, mas estão em condições de começar a executar ainda no primeiro trimestre de dois mil e sete, para que esta verba de cinco milhões de euros possa ajudar a financiar um conjunto de despesas, um conjunto de obras e de investimentos que o Município bem precisa. Em relação aos impostos indirectos disse que é a média dos últimos vinte e quatro meses. Não existe aumento fiscal. Em dois mil e sete, mal esteja publicada a Lei das Finanças Locais, é intenção da Câmara Municipal contribuir para baixar os impostos, se para tal houver condições, ou seja, descida do IRS. Também pretendem baixar a Derrama, nomeadamente através de uma relação de benefício directo sobre projectos do Município, que algumas empresas possam vir a desenvolver, podendo vir a ter uma discriminação positiva. Não existe aumento fiscal, os impostos não estão a ser praticados no máximo, o que acontece é que a Câmara Municipal ao criar determinadas políticas de valorização sobre alguns patrimónios, nomeadamente património imobiliário, como resort's turísticos, estão a ter uma tributação mais elevada. Vieram para criar uma reestruturação das receitas próprias do Município, que pudesse dar alguma garantia de desenvolvimento e poder gastar esse dinheiro em bons equipamentos, bons programas sociais, etc.. Se as casas começam a ser muito valorizadas nos resort's turísticos, que o Senhor Deputado tanto critica, o que é certo é que essa valorização está a favor da população residente no Concelho de Óbidos, A rubrica zero seis, zero nove é um projecto comunitário chamado Ásia Urbs, que ainda não foi fechada a sua execução financeira. Os dezassete por cento gastos em vencimentos numa estrutura como a Câmara Municipal de Óbidos, diz tudo sobre o pessoal com situação precária ou do quadro. A gestão de recursos humanos fala por si e não existe outro Município em Portugal que esteja abaixo dos vinte por cento. Publicidade é muita coisa, como anúncios, questões administrativas, avisos, entre outros. Sobre a candidatura a património da humanidade, disse que Óbidos não está a apresentar nenhuma candidatura, tem um projecto, um programa em curso, que se chama património mundial, património da humanidade, e isso não é uma candidatura à Unesco. Ela será feita de acordo com aquilo que forem as conclusões de todo um conjunto de especialistas que foram contratados pelo Município, para fazerem um longo trabalho de investigação durante vinte e quatro meses e depois tirarem as devidas conclusões a fim de ser decidida uma futura candidatura. Setenta e cinco por cento desta verba tem financiamento assegurado por fundos comunitários e por cooperação técnica e financeira. Estamos a falar de um

investimento que chegou a ser de um milhão de euros mas à Câmara Municipal coube apenas cerca de vinte e cinco por cento desses custos repartidos por mais de dois anos. Ficamos com a possibilidade de apresentar uma candidatura, se assim for entendido entre comunidade universitária, investigadores, autarcas e população e por outro lado também ficamos com um vasto sistema de informação sobre o que é Óbidos. Ainda existe desconhecimento de dossier importantes que a Câmara Municipal tem em curso, por parte de alguns Deputados da Assembleia Municipal, os quais foram amplamente divulgados à população. A verba de cento e oitenta mil euros para espectáculos, trata-se de uma candidatura chamada Óbidos Património Vivo. Como foi uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal, deve ser esta o promotor e não a Óbidos Patrimonium. Em relação aos contratos programa disse que não se previu a realização de qualquer contrato com a Óbidos Requalifica por razões explicadas no orçamento, mas toda essa verba é para contratos programa com a Óbidos Patrimonium, de acordo com as competências que foram transferidas. Cinquenta por cento dessa verba é só para o sector do Desporto. Outra parte da verba é para a rede museus e galerias, o mesmo para informação turística e o mesmo para a formação que existe no Concelho, onde já existe duas escolas em funcionamento, a da Inftur e a do Centro de Formação Alimentar da Pontinha e já estão abertas as inscrições para arrancar com a Escola de Autos Estudos de Turismo. No capítulo dos eventos está aberto a futuros debates sobre o tema. Eventos como o Festival de Chocolate e o Mercado Medieval vão ter zero euros da Câmara Municipal. Sobre os duzentos e oitenta mil euros para viaturas disse que é com essas viaturas que vão introduzir um projecto novo a pensar na População. Autocarros que garantam o transporte escolar e possibilitem que a população que não é servida por carreiras públicas ou empresas privadas de transporte, possam ter um transporte para a sede do Concelho, Centros de Saúde e Sedes de Freguesia. Possibilitará também desenvolver outro tipo de parcerias, como por exemplo, com a estrutura hoteleira local, para podermos ter viagens para a praia durante o período de verão ou para determinados eventos do ponto de vista temático. A vinda de três autocarros novos, que espera cheguem no início do ano, vão dar segurança, conforto e qualidade de vida às nossas crianças. Quatrocentos mil euros de projectos e de estudos, são projectos estão a ser feitos pela Câmara até dois mil e treze para muitos dos equipamentos. Em dois mil e sete continuam a investir e vão gastar essa verba em projectos de engenharia e arquitectura para fazer escolas, equipamentos, centros de dia, creches, em suma, para continuar a desenvolver o Concelho. A verba de duzentos e cinquenta mil euros para a habitação social deve-se ao facto de a execução financeira com a finalização dos projectos e abertura dos concursos só ter lugar na parte mais final de dois mil e sete e não tem nada a ver com o investir menos na

mesma. Investem nas energias renováveis, poderá dizer-se que a verba é curta, mas deve-se ao facto de ser apenas a abertura de uma rubrica, porque a Câmara não vai estar a colocar dinheiro no orçamento, enquanto não tiver a garantia de que efectivamente ele vai ser gasto. Existem candidaturas a fazer, que ainda não estão aprovadas. Estão a desenvolver muitos estudos nesta área, desde a energia das ondas a muitas outras. As propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do PS estão todas no orçamento. Este ano o PS teve oportunidade de apresentar propostas, que vieram para o orçamento. O Senhor Vereador disse que as verbas não era o mais importante desde que as coisas estivessem lá e no fim votou contra, pelo que no futuro o Executivo será o único responsável pelo orçamento. Disse ao Senhor Deputado José Oliveira que é incrível estarmos perante uma obra de cerca de três milhões de euros, que tem uma verba de um milhão e oitocentos mil euros, trata-se de uma escola municipal para fazer um projecto educativo modelar, e não haver sequer uma referência por parte da oposição a esta coragem e decisão. Trata-se de uma decisão de avançar com a escola sem financiamento do Ministério da Educação, apenas com financiamento de fundos comunitários que ainda conseguiram ir buscar, à custa de outros projectos que sacrificaram. Por último disse que a Câmara está no bom caminho. O Senhor Deputado Luís Carvalho agradeceu os esclarecimentos que foram prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e disse que havia uma tentativa de esvaziamento quanto às propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do PS e há uma concentração excessiva na componente de propostas concretas ao nível da despesa que os Senhores Deputados do PSD e o Senhor Presidente da Câmara Municipal entendem que estão plenamente alcançadas no âmbito deste reforço orçamental. Não só não estão plenamente alcançadas essas propostas, e é verdade certamente que o Senhor Vereador terá dito que a questão financeira não era a questão determinante, mas também não pode haver uma discrepância tal entre a proposta financeira que é feita pelo Grupo Municipal do PS e aquilo que efectivamente é colocado no orçamento. Caso contrário é o total esvaziamento das propostas que o Grupo Municipal e o Senhor Vereador fizeram à Câmara Municipal. Disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal é portador das propostas escritas feitas pelo Senhor Vereador e certamente terá oportunidade de verificar que de facto o conjunto de propostas que foram feitas ao nível da despesa está muito aquém, quer na qualidade, quer na quantidade, daquilo que eram as propostas do Grupo Municipal do PS. As propostas apresentadas não se esgotaram ao nível da despesa. Tiveram o cuidado de trabalhar num valor idêntico ao da despesa para fazer com que existisse uma neutralidade financeira ao nível do orçamento relativamente às propostas apresentadas, e isso foi omitido. Se relativamente à questão qualitativa das propostas pode haver algumas dúvidas, a verdade é que ao nível da receita as situações

foram totalmente inobservadas pela Câmara Municipal, e deu como exemplos a redução para metade, relativamente aos valores de dois mil e seis, dos contratos programas a celebrar com as Empresas Municipais, que fossem reduzidos para metade a aquisição de serviços em diversos, que fossem reduzidos para metade, relativamente a dois mil e seis, as verbas com publicidade e reduzir para metade os encargos com o grupo de trabalho no âmbito da candidatura a património da humanidade, No global do conjunto vasto de propostas que foram feitas, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, não são minimamente satisfatórias as reproduções ao nível da proposta do orçamento relativamente às propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do PS e pelo seu Vereador. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o que o Senhor Deputado acaba de dizer é inteiramente novo. Não houve nenhuma proposta de redução disto ou daquilo. O que houve foi uma proposta altamente despesista que caiu do céu e falava de oficinas para idosos, quando temos centros de convívio, o que é a mesma coisa, trocava os nomes e punha uma verba, quando nós não precisamos de gastar tanto para o projecto funcionar como funciona, não tinha qualquer critério de receita e era pouco ambicioso. O Senhor Vereador na Câmara Municipal fez acima de tudo questões de natureza técnica que foram respondidas e no fim fez a sua votação. Não houve sequer uma discussão e um confronto em relação às propostas que tinha feito e limitou-se a aceitar que todas as propostas que tinha elaborado eram propostas que já estavam previstas. O Senhor Vereador José Machado disse que nas actas de Novembro consta a proposta e que sublinhou e está em acta que as propostas que apresentou não contribuíam para que globalmente houvesse mais despesa. O Senhor Deputado José Capinha lançou o desafio aos Senhores Deputados do PS de votarem favoravelmente o orçamento. Disse que o que ficará é as actas desta Assembleia Municipal e a obra que a Câmara Municipal tem desenvolvido. Essa obra tem sido em muitos campos, uma obra que merece destaque. Este orçamento vai proporcionar a continuação do bom trabalho que a Câmara Municipal tem feito, pelo que era um bom exemplo os Senhores Deputados do PS votarem a favor e participarem na acção desenvolvida pela Câmara Municipal no Concelho. Fez um reparo, sobre a liberdade de expressão, que deve existir, mas respeitando os órgãos onde estão inseridos. Mesmo essa liberdade tem moldes e posturas. O Senhor Deputado Eduardo Silva disse que queria partilhar as dores de elaborar um orçamento num quadro de incertezas como estamos neste momento. Lembrou que a Câmara Municipal é das seis mais penalizadas na anunciada descida do FEF. Disse também que espera que as Autarquias possam vir a ter mais verbas com a descentralização da área social, saúde e educação. Felicitou a Câmara Municipal porque o orçamento vai permitir dotar de meios financeiros e técnicos as Juntas de Freguesias, através da delegação



de competências. Permite a reclassificação de centros históricos nos lugares e freguesias e saudou o aparecimento da rede de transportes municipais. O Senhor Deputado João Lourenço disse que tanto se serve o Estado, o Governo, a Autarquia na situação como na oposição. Têm que respeitar as pessoas que pensam de maneira diferente, não queiram a unanimidade. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois e sete, posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e cinco, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração à Classificação Orgânica do Município de Óbidos. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM EM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e sete, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento da Óbidos Patrimonium EM para o ano de dois mil e sete. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o orçamento continua a enfermar de uma questão que tem sido suscitada pelo Grupo Municipal do PS. Os estudos de viabilidade económica e financeira da Empresa estão aprovados. Foi nesse pressuposto que uma Assembleia Municipal aprovou a Empresa e o seu funcionamento. Relativamente à cooperação financeira com o Município continuam os valores a ser totalmente incumpridos. No próximo ano prevê-se mais uma vez uma necessidade de um contrato programa para financiamento da Óbidos Patrimonium no montante de seiscentos e vinte mil euros o que é uma das questões fundamentais da objecção por parte do Grupo Municipal do PS. A Óbidos Patrimonium consegue canalizar para outras entidades um milhão de euros sem que se apliquem as normas em matéria de aquisição de bens e serviços, a que a Câmara Municipal estaria obrigada. Há uma duplicação com o valor gasto com pessoal. Está prevista uma despesa de sessenta mil euros em estadias, bem como oitenta e dois mil euros em ferramentas e utensílios, o que causa alguma perplexidade. O Senhor Deputado José Oliveira disse que os custos com o pessoal subiram, mas a percentagem desse custo em relação ao total das despesas desceu. O Senhor

Vice Presidente da Câmara Municipal disse que o aumento do contrato programa deve-se à transferência do complexo desportivo. O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se havia alguma razão para a ausência do Administrador da Empresa, tendo-lhe sido respondido que não. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ÓBIDOS PATRIMONIUM EM, REFERENTES AO PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E SEIS PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil duzentos e nove, de dezoito de Outubro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Prestação de Contas da Óbidos Patrimonium EM, referentes ao primeiro semestre de dois mil e seis. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO RESTAURANTE ESCOLA DE ÓBIDOS – ÓBIDOS PATRIMONIUM EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil duzentos e dez, de dezoito de Outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Contrato-Programa relativo ao Restaurante Escola de Óbidos – Óbidos Patrimonium EM. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alterações, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA ÓBIDOS REQUALIFICA EM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e oito, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento da Óbidos Requalifica EM para o ano de dois mil e sete. O Senhor Deputado Luís Carvalho fez o mesmo reparo que fez relativamente à discussão sobre o orçamento da Óbidos Patrimonium. Disse que era positivo o facto da Óbidos Requalifica, pelo segundo ano, prescindir do recurso de um contrato programa com a Câmara Municipal, e que o Grupo Municipal do PS tem analisado o funcionamento da Empresa numa vertente que se pode ligar mais a uma actividade próxima da mediação imobiliária, não sendo ainda visíveis os motivos que estão na base da sua criação. A Empresa tem um aumento dos custos com o pessoal. Perguntou sobre o que entende por parcerias públicas ou privadas que vão ter um encargo de cerca de cinquenta mil euros e sobre os onze mil euros de receita por renda de duas viaturas. O Senhor Administrador Executivo da Empresa disse que foi feita uma rectificação

dos salários, como já tinha explicado, bem como a admissão de um funcionário. O aluguer de duas viaturas é um custo. Sobre as parcerias públicas ou privadas disse que estão estimados cinquenta mil euros para estudos. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ÓBIDOS REQUALIFICA EM, REFERENTES AO PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E SEIS PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e dois, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Prestação de Contas da Óbidos Requalifica EM, referentes ao primeiro semestre de dois mil e seis. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA “CENTRO DE SAÚDE, JUNTA DE FREGUESIA E ESPAÇOS EXTERIORES DE A DOS NEGROS” – ÓBIDOS REQUALIFICA EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e quatro, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Contrato-Programa “Centro de Saúde, Junta de Freguesia e Espaços Exteriores de A dos Negros” – Óbidos Requalifica EM. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Contrato-Programa, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e quatro abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZ – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA ÓBIDOS REQUALIFICA EM, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e um, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Aumento do Capital Social da Óbidos Requalifica EM. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- PUNTO NÚMERO ONZE – APERCIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ÓBIDOS REQUALIFICA EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil oitocentos e noventa e um, de nove de Outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração aos Estatutos da Óbidos Requalifica EM. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que com este alargamento dos estatutos, passa para a esfera da Empresa um conjunto de competências que estariam cometidas à Câmara com o perigo que daí advém da não aplicação da legislação em matéria de aquisição de serviços. O Senhor Deputado João Lourenço pediu esclarecimentos sobre os artigos

dos estatutos, designadamente, para onde ia o actual artigo sexto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o actual artigo sexto passa a ser o futuro artigo sétimo. O Senhor Administrador Executivo da Empresa disse que não se estão a esquivar de elaborar concursos. Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e quatro abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DOZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIAS DE MEIOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, as Propostas de Alteração ao Protocolo de Delegação de Competências e Transferências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho. Como não houve intervenções, foram as Propostas de Alteração, postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO TREZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DO MUNICIPIO DE ÓBIDOS E PROPOSTA DE TAXAS E TARIFAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e nove, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Município de Óbidos e Proposta de Taxas e Tarifas. O Senhor Deputado João Lourenço disse que é um regulamento bem feito, O artigo vigésimo sexto não diz nada, pelo que devia ser mais regulamentado. O artigo trigésimo sétimo tem que remete para um capítulo da tabela de taxas. Como não houve mais intervenções, foram as Propostas de Regulamento e de Taxas e Tarifas, postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO CATORZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO “CRESCER MELHOR”: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e quarenta, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento do “Crescer Melhor”. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Alteração, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO QUINZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA O BANCO LOCAL DE AJUDAS TÉCNICAS – SAÚDE MELHOR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e vinte e nove, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento para o Banco Local de Ajudas Técnicas – Saúde Melhor. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CARTÃO MELHOR IDADE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil setecentos e quarenta e nove, de dez de Novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento do Cartão Melhor Idade. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e vinte e oito, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção de Âmbito Social no Município de Óbidos. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZOITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO NA EUROPEAN ASSOCIATION HISTORIC TOWNS & REGIONS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil duzentos e trinta e três, de cinco de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Inscrição do Município na European Association Historic Towns & Regions. Como não houve intervenções, foi a Proposta de Inscrição, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DEZANOVE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - Foi presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a Lei cinco A, barra, dois mil e

dois de onze de Janeiro. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO VINTE – PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO - CASA DO LARGO DA PORTA DA VILA, ENTRE O MUNICIPIO DE ÓBIDOS E ÓBIDOS REQUALIFICA, EMPRESA MUNICIPAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil quatrocentos e noventa e quatro, de dezanove de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Minuta de Contrato de Comodato – Casa do Largo da Porta da Vila, entre o Município de Óbidos e Óbidos Requalifica, Empresa Municipal. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- PUNTO NÚMERO VINTE E UM – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: - Foram presentes as Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos. O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que em Setembro houve uma reunião, em que estiveram presentes, além dele, os Senhores Deputados Albino Sousa, João Lourenço e Anabela Corado. Depois de debatida a alteração dos estatutos, explicou que hoje em dia, a Assembleia Municipal não tem possibilidade de decretar a perda de mandato a ninguém, isso são os Tribunais, pelo que não podia estar no Regimento. Entenderam não mexer no tempo atribuído a cada membro para falar. Só alteraram os artigos números dois, número um, alínea c), dezanove, número três e cinquenta e sete. Como não houve mais intervenções, foram as Alterações ao Regimento, postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO VINTE E DOIS – PERIODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas do dia vinte de Dezembro do corrente ano. E eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, lavrei esta acta que vou assinar.-----